

Paulo Lira quer uma moratória de 5 anos

ARNOLFO CARVALHO

Enviado Especial

Washington — O ex-presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lira, propôs nos Estados Unidos uma moratória de cinco anos comunicada diretamente aos Governos dos países ocidentais, para que o Brasil deixe de transferir anualmente cerca de US\$ 13 bilhões para o exterior, como está previsto no programa de ajustamento imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), prometendo no entanto pagar a dívida aos bancos estrangeiros a partir do sexto ano.

A proposta de Paulo Lira — que foi presidente do Banco Central no Governo Ernesto Geisel — já está sob a forma de um estudo em inglês, a partir de seu trabalho com um grupo de pensadores em Genebra, e será apresentada formalmente no próximo dia cinco, em Londres, numa conferência que fará na City University. Ele não aceita a palavra moratória, dizendo que seu plano tem motivações diferentes daquela do PMDB, na medida em que o País continuará capitalizando os juros devidos, mas só realizando desembolsos depois disso.

O estudo foi entregue aos jornalistas brasileiros na Assembleia do FMI/Banco Mundial, como uma saída para o Governo que pode ser executada pelo presidente Figueiredo, mesmo mantendo a atual equipe liderada pelo ministro Delphim Netto. Pela proposta, o Brasil continuará pagando normalmente apenas as parcelas devidas ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ou a outras agências internacionais, bem como as parcelas referentes a créditos comerciais.

O Brasil continuaria como membro acreditado do FMI, mas abandonaria imediatamente o atual acordo, com o Governo se desobrigando assim de lutar desesperadamente pela aprovação do Decreto-lei 2045 no Congresso. Este Decreto-lei é considerado por Lira como "uma loucura". Seria interrompido também o esquema do ministro Ernane Galvães, da Fazenda, e do presidente do Banco Central, Affonso Pastore, de sair pelo mundo afora atrás do novo empréstimo de US\$ 6,5 bilhões — que Lira considera pouco provável de se obter, citando declarações de banqueiros.

"Desengajamento parcial e temporário do sistema financeiro internacional" — esta é sua definição para o plano que, na prática, não seria diferente da moratória de um ano obtida pelo México recentemente. A sua proposta começaria com um anúncio que o Governo brasileiro deve fazer diretamente aos governos dos países que são sedes dos bancos com os quais mantemos relações, avisando que dentro de trinta dias entrará em vigor a suspensão parcial dos pagamentos para os próximos cinco anos.

Durante este quinquênio — de acordo com o plano de

Paulo Lira — o Brasil não pagará as amortizações, como já vinha fazendo em 1983 e deve repetir para o próximo ano, e só pagará os juros da dívida em termos contábeis: isto é, os juros devidos aos bancos serão capitalizados normalmente ao longo do período da moratória, com os credores recebendo apenas uma espécie de letras de câmbio, mas nunca dinheiro vivo. Por volta do quarto ano o Governo deverá avaliar as condições que adotará para retomar os pagamentos, usando para isso a receita cambial e alguma forma de tributação interna.

Seriam mantidos nestes cinco anos também os pagamentos referentes aos créditos comerciais, depois de se separar realmente o que é crédito para importação e exportação, daquilo que não passa de financiamento de curto prazo disfarçado. Continuariam a pagar também as parcelas devidas ao Banco Mundial e outros organismos, pois isto não representa forte transferência de recursos no momento. Lira acha que, ao comunicar que vai fazer este tipo de coisas, o Brasil terá transferido a responsabilidade pela situação dos bancos estrangeiros aos seus governos, que tomariam as providências na legislação para evitar a quebra dos estabelecimentos.

Internamente, o Banco Central continuará recebendo normalmente os pagamentos da dívida externa das empresas e demais instituições, mas deixando de remeter as parcelas ao exterior e assumindo a responsabilidade frente os credores. Ao mesmo tempo, o Governo jogaria as empresas privadas num esquema de negociar diretamente com os tradicionais investidores estrangeiros no País, para obter planos de entrada de capital de risco. O Congresso tomaria



Paulo Lira: buscando uma saída

sob sua responsabilidade alterar a legislação de remessa de lucros, para estimular — ou, se preferir, desestimular — os investimentos diretos no País.

Paulo Lira acha que internamente deve ser reforçada uma política econômica de recuperação da confiança, baseada nos mesmos pressupostos atuais (reduzir o déficit público e a inflação, por exemplo), mas sem estar subordinada à obrigatoriedade de transferir anualmente cerca de US\$ 13 bilhões ao exterior, que é a soma que ele considera embutida no acordo com o Fundo Monetário e os bancos estrangeiros, sob o item referente à redução do déficit em conta corrente e aumento dos superávits na balança comercial.

A consequência mais importante que o ex-presidente do Banco Central caso seja adotada sua idéia, é que a desvinculação temporária (porque por cinco anos) e parcial (por não incluir investimentos nem pagamentos de crédito comercial, nem débitos com organismos) trará imediatamente uma violenta redução nas taxas internas de juros, pois na situação atual de "rolagem continua" da dívida os juros reais no Brasil sempre estarão alimentados pela expectativa de desvalorização cambial, além de estarem sempre partindo do patamar de 13 ou 15 por cento, que representa o custo atual do dinheiro no mercado internacional.

Baixando o custo interno

do dinheiro e desdolarizando a economia, o País retomará o crescimento econômico imediatamente na medida em que contará com a poupança interna e com os resultados das exportações, que estarão em expansão pelo aumento da atividade econômica das empresas. Isso permitirá ao Governo reduzir o déficit público "para quanto ele quiser", segundo Lira, já que este déficit não estará sujeito a juros reais de 30 por cento, que são os atuais devido à vinculação com os empréstimos externos. Reduzindo o déficit, a inflação "cairá violentamente" para o patamar desejado, viabilizando a saída da recessão.

Com este plano, Paulo Lira considera totalmente desnecessário o Decreto-lei 2045, que deveria então ser substituído por uma nova política salarial onde a preocupação será "manter o poder de compra dos salários", para estimular a produção.

Ele garante que não haverá nenhuma reação negativa da comunidade internacional, nem ocorrerá de outros países quererem seguir o exemplo do Brasil, pois cada um tem uma situação própria. E se os governos não aceitarem o aviso brasileiro, Lira não vê porque o presidente Figueiredo não colocar então em prática a economia de guerra, "que ele vem ameaçando há alguns anos" — e, em sua opinião, o País tem todas as condições de suportar isso sem maiores traumas, principalmente sem o atual risco de uma fechadura política.